

**Escola da Terra: Currículo e Prática Pedagógica em turmas multisseriadas -
Especialização**

PLANO DE TRABALHO

I. IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	
1.1 Instituição:	Universidade Federal do Pampa
1.2. CNPJ:	09.341.233/0001-22
1.3. Endereço:	Rua Vinte e Um de Abril, 80, Dom Pedrito, RS, 96450-000
1.4. Contatos:	(53) 999719662 - josegonzaga@unipampa.edu.br
1.5. Curso:	Escola da Terra: Currículo e Prática Pedagógica em turmas multisseriadas - Especialização
1.6. Nível:	Especialização
1.7. Modalidade:	Presencial em Alternância Pedagógica
1.8. Carga Horária do Projeto de Tempo Comunidade:	Total: 450 horas 330 horas de Tempo Universidade (TU) 120 horas de Tempo Comunidade/Escola (TCE)
1.9. Área/Subárea	Educação/Educação do Campo
1.10. Meta Física:	Formar 60 professores(as) e coordenadores(as) pedagógicos(as) preferencialmente de Escolas/Turmas Multisseriadas
1.11. Custeio previsto:	120.000,00
1.12. Local de Realização:	Campus Dom Pedrito
1.12. Início da Atividade:	Maio 2026
1.13. Término da Atividade:	Julho 2027
1.14. Vigência do Projeto	05/2026 - 07/2027
1.15. Coordenador do Projeto:	Coordenador: José Guilherme Franco Gonzaga CPF: 00754968790 Categoria: Professor de Ensino Superior Telefone: (53) 999719662 Email: josegonzaga@unipampa.edu.br CV: http://lattes.cnpq.br/1408717469531666
1.16. Unidade a que se vincula:	Campus Dom Pedrito
1.17. Pró Reitoria Responsável:	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
1.19. Reitor:	Prof. Edward Frederico Castro Pessano
1.20 Parcerias envolvidas	Secretarias Municipais de Educação Secretaria Estadual de Educação Movimentos Sociais e Sindicais do Campo
1.21. Objeto	O presente projeto trata do Termo de Execução Descentralizada (TED) para prover recurso/custeio para a realização Curso de formação Continuada Escola da Terra Currículo e Prática Pedagógica em turmas multisseriadas – especialização com oferta de 60 vagas para professoras e coordenadoras(es) pedagógicos das escolas do campo.

II. APRESENTAÇÃO

A proposta formativa aqui apresentada inscreve-se na linha **Currículo e Prática Pedagógica nas Escolas/Turmas Multisseriadas**, no âmbito da ação **Escola da Terra**, coordenada pela Coordenação Geral de Educação do Campo (CGEC), da Diretoria de Políticas de Educação do Campo e Educação Escolar Ambiental (DIPECEA), no âmbito da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI), será executada pela Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA. Fundamenta-se na compreensão de que as escolas do campo — especialmente aquelas organizadas em turmas multisseriadas — constituem espaços de (re)existência, produção de saberes, afirmação identitária e resistência política, cultural e territorial.

O território onde se desenvolvem as escolas participantes é marcado por profundas contradições: avanço da monocultura, uso intensivo de agrotóxicos, desertificação de comunidades, precarização de estradas, fechamento de escolas e ausência de investimentos públicos estruturantes. Tais dinâmicas afetam diretamente o trabalho das/dos educadoras/es e a permanência das crianças, jovens e adultos no campo. Ao mesmo tempo, emergem experiências potentes: feiras agroecológicas, economia solidária, produção familiar diversificada, organizações comunitárias, práticas tradicionais de cultivo, manejo e cura, redes de sementes crioulas e movimentos sociais que tecem formas de viver e aprender no Bioma Pampa.

Nesse contexto, a Educação do Campo, como epistemologia e como política pública, reafirma-se como prática social transformadora. Amparada no princípio da **epistemologia da práxis**, busca articular teoria e prática, reconhecer os sujeitos do território como produtores de conhecimento e fortalecer a autonomia pedagógica das escolas. Trata-se de compreender que a formação continuada não se limita ao domínio de conteúdos, mas envolve a leitura crítica da realidade, o diálogo entre saberes, a construção coletiva do trabalho pedagógico e a invenção de alternativas formativas enraizadas no território.

A presente proposta consolida a parceria entre a **Universidade Federal do Pampa**, Secretarias Municipais e Estadual de Educação e movimentos sociais e sindicais do campo. Articula-se às experiências já desenvolvidas pela UNIPAMPA nos programas **Escola da Terra, Pampa Alfabetizado e Licenciatura em Educação do Campo**.

A formação acontecerá em **alternância pedagógica**, combinando diferentes tempos de estudo, reflexão crítica, produção coletiva de materiais didáticos e vivências educativas; em diferentes espaços da universidade, das escolas do campo e das águas, das comunidades, dos movimentos sociais, de escolas comunitárias, museus, espaços de vida e de organização dos povos do campo e das águas. Incorporará oficinas teórico-práticas com tecnologias sociais educativas como ferramentas potentes de leitura do território, de criação pedagógica e de articulação entre currículo, identidade e práticas

comunitárias. A proposta inclui ainda a **participação ativa das/dos cursistas na construção do VI SIFEDOC**, fortalecendo o protagonismo docente, o intercâmbio de saberes e a sistematização coletiva das experiências formativas.

Assim, esta formação continuada reafirma a escola do campo como **lugar de pertencimento**, de produção de saberes e de construção de alternativas emancipadoras, contribuindo para a valorização da docência, para a consolidação de políticas públicas estruturantes e para o fortalecimento das comunidades camponesas e tradicionais do Bioma Pampa.

III Histórico da Instituição Proponente: criação e objetivos

A Fundação Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA é resultado da reivindicação da comunidade da região, que encontrou guarida na política de expansão e interiorização das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), a qual vem sendo promovida pelo Estado Brasileiro, a partir da década de 2000. A UNIPAMPA veio marcada pela responsabilidade de contribuir com a região em que se edifica - um extenso território, com críticos problemas de desenvolvimento socioeconômico, inclusive de acesso à educação básica e à educação superior - a “metade sul” do Rio Grande do Sul. Veio ainda para contribuir com a integração e o desenvolvimento da região de fronteira do Brasil com o Uruguai e a Argentina.

A criação da Universidade Federal do Pampa é marcada por intencionalidades, dentre essas o direito à educação superior pública e gratuita por parte dos grupos que historicamente estiveram à margem deste nível de ensino. Sua instalação em região geográfica marcada por baixos índices de desenvolvimento edifica a concepção de que o conhecimento produzido neste tipo de instituição é potencializador de novas perspectivas.

A expectativa das comunidades que lutaram por sua criação atravessa as intencionalidades da Universidade, que necessita ser responsiva às demandas locais e, ao mesmo tempo, produzir conhecimentos que extrapolem as barreiras da regionalização. Esses compromissos foram premissas para a escolha dos valores balizadores do fazer da Instituição, bem como para a definição de sua missão: A Unipampa, através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, assume a missão de promover a educação superior de qualidade, com vistas à formação de sujeitos comprometidos e capacitados a atuarem em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional.

O reconhecimento das condições regionais, aliado à necessidade de ampliar a oferta de Ensino Superior gratuito e de qualidade nesta região, motivou a proposição dos dirigentes dos municípios da área de abrangência da UNIPAMPA a pleitear, junto ao Ministério da Educação, uma Instituição Federal de Ensino Superior. O atendimento a esse pleito foi anunciado no dia 27 de julho de 2005, em ato público realizado na cidade de Bagé, com a presença do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em 11 de janeiro de 2008, a Lei nº 11.640 cria a UNIPAMPA – Fundação Universidade Federal do Pampa, que fixa em seu Art. 2º:

A UNIPAMPA terá por objetivos ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, caracterizando sua inserção regional, mediante atuação multicampi na mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2008, p.1).

Balizada nestes princípios, pretende-se uma Universidade que busque formar egressos críticos e com autonomia intelectual, construída a partir de uma concepção de conhecimento socialmente referenciado e comprometido com as necessidades contemporâneas locais e globais. Como consequência, é condição necessária uma prática pedagógica que conceba a construção do conhecimento como o resultado interativo da mobilização de diferentes saberes, que não se esgotam nos espaços e tempos delimitados pela sala de aula convencional; uma prática que articule o ensino, a pesquisa e a extensão como base da formação acadêmica, desafiando os sujeitos envolvidos a compreender a realidade e a buscar diferentes possibilidades de transformá-la.

A concepção de ensino na UNIPAMPA pauta-se na ação pedagógica centrada na realidade do educando e nos contextos social, econômico, educacional e político da região onde a Universidade está inserida. Pressupõe, ainda, uma concepção de educação que reconheça o protagonismo de todos os envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem; e que tenha a interação como pressuposto epistemológico da construção do conhecimento. A concepção de pesquisa está voltada para a construção de conhecimento científico, de caráter interdisciplinar, e busca o estreitamento das relações com o ensino e a extensão, visando ao desenvolvimento da sociedade. A institucionalização da pesquisa deve ser capaz de ampliar e fortalecer a produtividade científica, promovendo atividades que potencializem o desenvolvimento local e regional de forma ética e sustentável. Já a concepção de extensão assume o papel de promover a articulação entre a universidade e a sociedade, realimentando suas práticas acadêmicas a partir dessa relação dialógica.

IV. JUSTIFICATIVA

Território, laboratório vivo onde os nossos pés pisam

A região da Campanha do Rio Grande do Sul, nosso campo de atuação, está situada no Bioma Pampa que abrange regiões pastoris de planícies nos três países da América do Sul – Brasil, Argentina e Uruguai, constituindo dois terços do estado brasileiro do Rio Grande do Sul. “Pampa” é uma palavra do idioma indígena *quíchua*, ou *quéchua*, para definir esta região marcada por planícies e por pequenas elevações chamadas de coxilhas. A Pampa é uma das áreas de campos temperados mais importantes do planeta com seus rios arenosos margeando os cerros e cuestas, área de recarga natural do Aquífero Guarani. A região da Campanha tem por característica

um processo gradativo de perdas socioeconômicas que levaram a um desenvolvimento injusto e desigual. (Campos Sulinos, 2009)

Esse ciclo que durou séculos criando o mito do gaúcho, como domador e campeador, escondendo os massacres tais como o de porongos e tantos outros, destituindo a história dos povos que construíram esses territórios e passou a ser narrada pelos estancieiros. Várias “lidas campeiras” foram se consolidando como formas do saber fazer, tais como pastor de ovelhas, aramador, guasquero e outros, formas de viver que estão desaparecendo, ou deixando de ser hegemônicas, com o fim do ciclo do gado e a expansão da soja, trazendo vários impactos para o território como a decomposição do pasto nativo pelo uso intensivo de agrotóxicos.

A história de formação do Rio Grande do Sul explica parte desse processo, porque a destinação de terras para grandes propriedades rurais, como forma de proteger as fronteiras conquistadas, culminou num sistema produtivo agropecuário que sustentou o desenvolvimento econômico da região por mais de três séculos. O declínio dessa atividade e a falta de alternativas em outras áreas produtivas que pudessem estimular a geração de trabalho e renda na região, levou-a, no final do século XX, a baixos índices econômicos e sociais. Em termos comparativos, destacam-se as regiões Norte e Nordeste do Estado, onde há municípios com elevados Índices de Desenvolvimento Social (IDS), ao passo que na Metade Sul estes variam de baixos a médios. (PPC, 2022)

Formas de resistências

Por outro lado, há processos que anunciam outras possibilidades, tais como a presença da economia solidária em cooperativas, feiras livres, produção agroecológica, organização de mulheres e jovens camponeses, agroindústrias familiares e outras iniciativas que brotam do solo fértil das ações de resistências.

Entre as agências de incentivo e viveiros destas iniciativas destacam-se os diversos movimentos sociais, sindicais, organizações dos povos e comunidades tradicionais e com igual intensidade a Educação do Campo, das Águas e das Florestas, tanto no curso de Licenciatura quanto nas ações das escolas que, espalhadas pelos territórios, se fazem presentes no cotidiano de diferentes povos.

Como ponto de afirmação de diferentes povos e comunidades de viver, produzir e significar o mundo, a Escola do Campo, vem representando um importante espaço de garantia de direitos. Entretanto, tanto a expansão do projeto econômico fundado na monocultura quanto a incapacidade de investimento do Estado em Educação, observa-se a crescente redução de ofertas de matrículas, muitas vezes impactando no fechamento de Escolas do Campo.

Este Curso de Especialização vem reafirmar esse compromisso da escola como espaço de pertencimento e construção de formas de viver, respeitando os conhecimentos, as culturas e o jeito de produzir nas comunidades.

Com quem andarilhamos

A Pampa apresenta municípios como vastas extensões territoriais e, segundo o mapeamento do Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa (2017), são identificados pecuaristas familiares, pescadoras e pescadores artesanais, comunidades quilombolas, povos de Terreiro, povo Pomerano, povo Cigano, povos Indígenas e benzedeadas e benzedores.

Além destes povos, habitam os campos da região da Campanha assentados e assentadas de reforma agrária, acampados e acampadas, agricultores e agricultoras familiares, trabalhadores e trabalhadoras assalariadas, peões de estância entre outros que se organizam especialmente pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA, Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Sul - FETAG, outros quilombos organizados na Confederação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas CONAQ e FETAR - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Assalariados. Este conjunto de comunidades e movimentos compõem o Conselho Comunitário do Curso de Educação do Campo – UNIPAMPA.

As escolas do campo como espaços de (re)existência e a formação continuada como direito - a base legal

Do ponto de vista educacional, dados do Censo Escolar (INEP, 2017 - disponíveis no site do INEP), demonstram que existiam no Rio Grande do Sul 5.100 escolas do Campo, onde atuavam 15.598 professores, todavia 1.720 (10,8%) destes docentes não possuíam formação superior. Da mesma forma, os mesmos dados indicam 156.792 estudantes matriculados em Escolas do Campo, números esses que são representativos da importância da Educação do Campo, das Águas e das Florestas no estado, bem como que atestam a demanda constante destes profissionais por acesso à formação continuada.

A Escola do Campo é Vida na Comunidade. O fechamento de escolas do campo, a inexistência de um currículo que represente os sujeitos do campo, a falta de professores do campo, aliado às péssimas condições de salários e infraestrutura educacionais além de estradas intransitáveis, falta de assistência técnica, falta de políticas públicas tanto para educação quanto para a produção têm sido uma preocupação constante.

A formação continuada é um direito garantido pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 1996) a todos os professores que atuam na Educação Básica, constituindo-se sua oferta numa obrigação do Estado Brasileiro. Tanto a universidade quanto os gestores públicos da educação entendem que trabalhar na perspectiva da formação continuada para professores é uma forma de pensar sobre as mudanças na educação, a partir das práticas docentes e no estudo e aprofundamento continuado sobre a organização do trabalho pedagógico.

No âmbito da formação em Educação do Campo, das Águas e das Florestas a

luta para a implementação de políticas públicas tem como pressuposto que os povos do campo, das águas e das florestas têm o direito de estudar no lugar onde vivem, trabalham, habitam, produzem sua cultura, enraizada na ancestralidade. A identidade da escola do campo foi incorporada nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (CNE/ CEB nº1, 2002), que a define

[...] pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país (art. 2º, parágrafo único CNE/CEB, 2002).

Daí o esforço para que a formação de professores inicial e continuada não se pautasse na fragmentação do conhecimento, nas particularidades das disciplinas e na negação da realidade, da história e da luta do povo camponês. Para tanto, uma das demandas apresentadas, em paralelo à formação inicial, é a formação continuada de professores/as de escolas do campo dadas suas especificidades. Na região da Campanha Gaúcha e Fronteira Oeste, há inúmeras escolas cuja vinculação com a comunidade demanda currículos construídos com o campo, com a agricultura familiar, com os assentamentos de reforma agrária, com as comunidades quilombolas e com os povos originários. Estas escolas demandam acompanhamento e formação a partir dos saberes da comunidade e da reflexão das práticas docentes ali presentes.

Segundo Caldart (2008), a luta pelo direito à Educação do Campo remonta a longos tempos, entretanto, é a partir dos anos 1980 que a luta dos movimentos sociais do campo incidem diretamente na formulação de políticas educacionais:

Não foi a primeira vez, nem somente com esse nome, que a classe trabalhadora do campo lutou pela educação no Brasil, mas foi a primeira vez que se fez essa luta com a associação desses sujeitos e buscando incidir na formulação da política educacional do país. E porque feita por sujeitos de outras lutas sociais, a EdoC nunca foi luta pela educação em si mesma. Nem pelo acesso a qualquer educação (CALDART, 2008, sp)

Mas uma educação que tenha o modo de vida camponesa, indígena, quilombola, ribeirinha, dos povos de terreiro, ciganos, de pecuaristas familiares e tantos outros que fazem do campo seu lugar e forma de viver.

Para dar conta destes desafios, a Educação do Campo, das Águas e das Florestas tem na Pedagogia da Alternância uma referência para organizar o trabalho pedagógico articulando escola e território. E, sobretudo, correlacionando a escola às necessidades das famílias e comunidades em seus diferentes espaços, territorialidades e temporalidades. Decorrem desta correlação as terminologias “Tempo Universidade” e “Tempo Comunidade”. Pois a Alternância se efetiva e se fortalece por meio da relação escola-família-comunidade-sociedade, buscando a superação das dicotomias: teoria x prática, abstrato x concreto, conhecimentos escolares x saberes tradicionais, formação x produção e trabalho intelectual x trabalho manual.

As experiências inaugurais de Pedagogia da Alternância em políticas públicas aconteceram por meio do Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA). Havia a necessidade de formação de educadores para atuar na Educação de Jovens e Adultos (EJA), o que demandava organização específica – tempos de formação nas universidades e tempos formativos nos assentamentos. Formação para o ensino fundamental, médio e superior também se utilizaram desse modelo no âmbito do PRONERA.

A construção de uma política de Educação do Campo passa necessariamente pela formação de educadores para atuar de acordo com os princípios da Educação do Campo, que foi efetivada pelo Ministério da Educação, por meio do **Procampo** - Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo, que fortalece a implementação de cursos regulares de licenciatura em Educação do Campo, voltados para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais.

A base legal que fundamenta o Procampo está descrita no Edital 09/2009, no Edital 02/2012 e na Nota Técnica Conjunta nº 3/2016/GAB/SECADI/SECADI que estabelece que “os cursos de Licenciatura em Educação do Campo têm como objetivo a formação de docentes para atuação nos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio de escolas do campo”. A partir destes atos normativos vários Institutos de Educação Superior ofertaram cursos de Licenciatura em Educação do Campo. Aqui no Rio Grande do Sul, a Universidade da Fronteira Sul - Campus de Erechim, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul - campus Centro e Litoral Norte, Universidade Federal do Rio Grande - campus São Lourenço e Universidade Federal do Pampa - campus Dom Pedrito foram contempladas para oferta de cursos de Licenciatura em Educação do Campo com ênfase em Ciências da Natureza, totalizando cerca de 247 egressos.

Estes cursos, todos com reconhecimento de excelência pelo MEC e de relevância pelos movimentos, comunidades e redes públicas, já formaram centenas de educadores para atuar na área de Ciências da Natureza. Muitas das egressas já atuam nas redes, dado o reconhecimento que tem de seus pares sobre a formação técnica e humana que recebem nos cursos.

Em 2008, o Ministério da Educação sugeriu a alternância como referência para cursos de Licenciatura em Educação do Campo e Licenciaturas Interculturais Indígenas.

Editais foram publicados entre 2008 e 2012 em consonância com o Programa Nacional de Educação do Campo – Pronacampo. Isso viabilizou o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – Procampo, e o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas – Prolind.

Foi no âmbito destes editais que foi criado o curso de Educação do Campo da Universidade Federal do Pampa, que iniciou suas atividades no ano de 2014, no Campus Dom Pedrito, o qual conta atualmente com aproximadamente 100 egressos/as, muitos dos quais já atuando na rede pública de ensino. Da mesma forma, também no âmbito das políticas públicas que fortalecem a Educação do Campo, das Águas e das Florestas já foram ofertados pelo Campus um curso de Especialização em Educação do Campo e 4 edições do Curso de Aperfeiçoamento em Educação do Campo, os quais puderam atender a demanda de formação de aproximadamente 500 professores da rede básica de ensino de diferentes municípios do Rio Grande do Sul, em sua imensa maioria vinculados à rede pública de ensino que atuam em escolas que atendem estudantes agricultores/as familiares, assentados e acampados da reforma agrária, povos originários em Terras Indígenas demarcadas e em retomadas, quilombolas com territórios demarcados e em luta pelo reconhecimento de seus territórios, pescadores/as artesanais, pecuaristas familiares, povo Pomerano, povos de terreiro, benzedores/as, povo Cigano e outros povos e comunidades tradicionais.

Dentre os territórios de atuação e perfil dos estudantes atendidos no âmbito do Curso de Educação do Campo e das formações ofertadas destacam-se professores e servidores da rede básica de ensino, agricultores e pecuaristas familiares, assalariados rurais e urbanos, indígenas, quilombolas, assentados da reforma agrária e muitas mulheres das quais a violência de gênero havia arrancado o direito de estudar e que (re)encontraram nestes cursos a oportunidade de reconquistar a garantia de seu direito à educação.

É no âmbito da atuação junto ao curso de Educação do Campo que se articularam um conjunto de ações dedicadas a construir articulações com os movimentos sociais e coletivos do campo nesta região, destacadamente o MST e o Comitê dos Povos e Comunidades Tradicionais do Pampa. Da mesma forma, a partir destas articulações foi possível construir coletivamente a realização de 3 edições do Encontro Internacional dos Povos do Campo, quando representações de diferentes territórios ocupam a universidade para discutir e construir pautas que lhes são pertinentes; das Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária - JURA, realizadas todos os anos em parceria com os movimentos sociais; do Conselho Comunitário da Educação do Campo, que no diálogo com as comunidades traz para a Educação do Campo, das Águas e das Florestas suas demandas e, mais recentemente, na constituição do Grão - Grupo Orgânico de Pesquisa, Ensino e Extensão em Epistemologias Agroecológicas e de (Re)Existências, a partir de onde temos procurado aproximar e estreitar nossos laços com os povos e comunidades do campo, das águas e das florestas.

A formação continuada e permanente de educadores/as é uma demanda do Plano Nacional de Educação, que na meta 16, estabelece: “[...] *garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino*”. (BRASIL, 2001). Define ainda como uma das estratégias para alcançar essa meta:

Realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 2001)

Em se tratando da Educação do Campo, das Águas e das Florestas essa meta é ainda mais importante, tanto no que se refere ao aperfeiçoamento do trabalho já realizado nas escolas do campo quanto para contribuir para evitar o contínuo fechamento de escolas do campo.

O fechamento das escolas do campo preocupa os movimentos sociais e o povo do campo, bem como as dificuldades de acesso e permanência dos alunos, a distorção idade-série que é expressiva, o transporte escolar dos que moram no campo quando existente, na maioria das vezes é precário, a estrutura das instalações físicas, de materiais, trabalho e suporte pedagógico, entre outros, não atendem a realidade desta população.

É necessário reivindicar a efetivação dos direitos garantidos na Constituição Federal e demais normas, ao mesmo tempo, avaliar a aplicação das verbas públicas e as prioridades das políticas educacionais com o objetivo de eliminar o descaso e desinteresse de ações governamentais. A exclusão e desigualdade das escolas públicas de Educação Básica e, em especial, as escolas públicas do campo necessitam de maior atenção do Poder Público. (Parecer 02/2018, CEE-RS)

Vários dados do censo escolar, disponíveis no site do INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira -, demonstram a necessidade urgente de políticas e ações para enfrentar o grave problema educacional do campo. É urgente o fim do fechamento e paralisação das escolas, são urgentes políticas de incentivo à formação docente para atuação no campo, ampliação da oferta de educação infantil e do ensino médio no campo, bem como de ações que garantam o direito à educação de Jovens e Adultos, entre outras.

Dados do censo escolar da educação básica mostram decréscimo do número de escolas e matrículas na área rural e crescimento na área urbana. O censo escolar de 2003 registrou 103.328 escolas rurais e 7,9 milhões de matrículas. Em 2013, foram 70.816 escolas rurais e 5,9 milhões de matrículas, redução de 32.512 escolas e de 2 milhões de matrículas. O cenário nacional piorou entre 2013 e 2014; foram fechadas 4.084 escolas rurais, restando 66.732, o equivalente ao

corte de aproximadamente 340 instituições por mês, ou pouco mais de 11 por dia. Estes dados revelam o cenário de exclusão e desigualdade nas escolas públicas de Educação Básica, em especial, as escolas públicas do campo e demonstram que o fechamento das escolas no campo tem contribuindo para o êxodo rural, consolidando o papel do agronegócio que pensa num campo sem gente, sem cultura, sem educação e sem escola. (Parecer 02/2018, CEEEd-RS)

Segundo dados do Censo Escolar, considerando apenas as escolas do campo, 976 escolas foram paralisadas e 121 foram extintas no ano de 2020. E esse processo continua dia-a-dia com o jogo de empurra-empurra e de discussões inócuas de responsabilidades sobre o dever do cumprimento constitucional do direito à educação. Assim, Estado e Municípios se acusam mutuamente sobre a paralisação e fechamento de escolas, de turmas, de turnos, de modalidades e o resultado concreto é o desrespeito ao direito da população do campo ao atendimento escolar na sua comunidade.

Neste mesmo sentido, o Parecer 02/2018 CEEEd-RS contribui com a avaliação do perfil do educador para atuar na Educação do Campo, que seja “preferencialmente natural deste território e com habilitação compatível com a proposta pedagógica da educação do campo, em cursos de licenciatura que trabalhem conteúdos relativos a esta população e ao campo”.

Ressaltando ainda que:

A formação inicial do professor implica na construção de uma Política Pública de Educação que necessariamente deve estar relacionada à realidade da escola e da comunidade escolar, do movimento atual da Educação do Campo e da legislação brasileira no que tange às escolas do Campo.

Portanto, vários documentos oficiais confirmam que a educação do campo prevista nos diversos atos formativos, só se efetiva com a consolidação de cargos específicos de docentes para atuação nas escolas do campo, bem como, que editais de concursos e processos seletivos incorporem na formação exigida para ingresso a certificação dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo e/ou a equiparação entre as/os graduados em Educação do Campo e por área do conhecimento e as/os por disciplinas.

Ao mesmo tempo, segundo dados do censo escolar, atuavam no RS em 2021, 1862 docentes sem graduação, o que demonstra a necessidade de ampliação dos cursos de licenciatura e a importância da formação continuada específica para docentes que atuam em escolas do campo.

Assim, o Parecer 02/2018 CEEEd-RS é explícito ao afirmar que

A formação continuada através de cursos, debates, seminários, cursos de graduação e Especialização em Educação do Campo é

uma alternativa para a atualização dos professores e sua permanente reflexão crítica sobre a prática, necessariamente coerente quanto aos conteúdos curriculares, os livros didáticos e a diversidade camponesa e o direito à igualdade.

Deste modo, é necessário que se efetive uma política de formação continuada para profissionais que atuam em escolas do campo (docentes, gestores...) garantindo que a cada semestre sejam realizados encontros de formação com protagonismo dos próprios profissionais, a partir de suas demandas específicas.

Repetindo Caldart, não se trata do acesso à qualquer escola, mas por uma educação em que as culturas dos povos do campo fossem efetivamente consideradas no seu processo educativo. Enquanto no modelo urbano fabril, que foi modelo para o surgimento da escola de massas (ENGUITA, 1989) a cisão dos espaços-tempos do viver, do fazer e do aprender se consolidou, no mundo da agricultura camponesa, da agricultura familiar e dos povos tradicionais do campo a relação entre estes tempos ainda permanecem na mesma totalidade. Também a organização do tempo escolar, ao seguirem uma lógica de transposição da escola urbana, termina por inviabilizar o acesso das populações do campo. Como deslocar todos os dias, longas distâncias em vias precárias, para chegar à escola? Como a escola pode funcionar em um calendário letivo que não respeita os tempos das culturas camponesas? Como materiais didáticos que ignoram conhecimentos, saberes e práticas dos povos do campo podem contribuir com o processo de ensino-aprendizado? Enfim, qual escola, qual docência, qual campo, para qual educação do campo? Essas perguntas exigem um outro olhar para a formação docente.

Pensar a formação para a docência no campo, exige repensar a escola. Que docência para qual escola? Como já vimos, reafirmar a educação do campo é negar a educação rural sob interesse do capital. Portanto, não é nenhuma escola que continue a tratar o campo como lugar do atraso e o/a camponês como subalterno ao capital e aos modelos de vida urbanos. Por outro lado, como direito humano, a educação deve ser pública e para isso devemos reivindicar do Estado que cumpra seu papel de garantir o direito à educação. Não por acaso na segunda Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo, define-se como palavra de ordem “Educação do campo direito nosso, dever do Estado”. (<https://asebabaolorigbin.files.wordpress.com/2019/09/rural-ii-atualizado.pdf>)

Como estratégia para enfrentar essa situação, aponta-se, entre outras, a necessidade de oferta da formação inicial e continuada de professores/as para atuarem nas Escolas do Campo, de forma a possibilitar que estes/as profissionais possam melhor compreender e articular suas práticas com os princípios da Educação do Campo, que supere o paradigma seriado urbanocêntrico, pesando-fazendo uma outra forma de escola, onde a sala de aula seja um espaço da diversidade de conhecimentos e a reorganização curricular a partir de amplo diálogos com essas comunidades (HAGE, 2014).

A Universidade Federal do Pampa possui trajetória consolidada na formação continuada de educadoras e educadores do campo, tendo ofertado cursos de aperfeiçoamento que produziram impactos significativos nas redes municipais e estadual de ensino da região. Tais processos formativos contribuíram para o fortalecimento das práticas pedagógicas em turmas multisseriadas, para a qualificação do planejamento articulado ao

território e para a consolidação da pedagogia da alternância como princípio organizador do trabalho educativo. As avaliações institucionais e os retornos das redes indicam que essas ações não apenas ampliaram repertórios teórico-metodológicos, mas também provocaram transformações concretas no cotidiano escolar.

Entretanto, os próprios sujeitos das redes – gestores/as, coordenadores/as e docentes – passaram a demandar a continuidade e o aprofundamento dessa formação em nível de pós-graduação lato sensu, como estratégia de consolidação e sistematização das práticas desenvolvidas. Nesse contexto, a oferta da Especialização Escola da Terra constitui-se como desdobramento orgânico das experiências já realizadas, respondendo a uma demanda formativa real e territorializada, ao mesmo tempo em que fortalece a missão institucional da Unipampa de promover formação pública, gratuita e socialmente referenciada para os povos do campo.

IV. OBJETIVOS

4.1. Geral

- ✓ Promover a formação continuada dos profissionais das escolas do campo para enraizamento e fortalecimento de sua práxis pedagógica, baseada no cultivo dos princípios e fundamentos da Educação do Campo, da leitura crítica do mundo e do diálogo entre saberes, visando a valorização e o aprimoramento do trabalho educativo e dos processos de ensino-aprendizagem nas escolas do campo, sobretudo nas Escolas/Turmas Multisseriadas.

4.2. Específicos

- Aperfeiçoar a atuação de professores(as), coordenadores(as) pedagógicos e gestores, de modo a qualificar a formação continuada de suas práxis nas escolas do campo, contribuindo na formulação teórico-prática a partir da realidade concreta em que estão inseridos(as);
- Promover tempos e espaços de estudos, reflexão crítica, investigação-ação sobre os processos sociais e educativos, capacidade analítica, metodológica e de atuação dos(as) participantes na organização do trabalho pedagógico considerando a concretude da escola do campo e das águas de forma a articular currículo, território, vida comunitária e organização do trabalho pedagógico;
- Fortalecer processos coletivos de reflexão crítica sobre o trabalho educativo e as práticas de ensino na Educação do Campo, tomando a epistemologia da práxis como fundamento para articular teoria e prática, ampliar a consciência política dos/as professores/as e promover uma formação comprometida com a emancipação humana.
- Elaborar materiais didáticos a partir da organização de grupos de estudo e trabalho entre os(as) cursistas, para uso nas escolas envolvidas.
- Desenvolver oficinas teórico-práticas com tecnologias sociais educativas como instrumentos pedagógicos para a leitura crítica do mundo e a elaboração de práticas curriculares contextualizadas.
- Garantir a participação ativa das/dos cursistas na organização e realização do VI SIFEDOC, como espaço de formação, socialização de experiências e produção coletiva de conhecimento.

- Contribuir para o fortalecimento das políticas públicas de Educação do Campo, da agroecologia, da soberania alimentar e das práticas emancipatórias que reafirmam os direitos das comunidades camponesas e tradicionais.

V. PERFIL DO PÚBLICO

- **60 participantes**, sendo prioritariamente professores/as, coordenadores/as pedagógicos, equipes diretivas e gestores/as de escolas da Educação básica do campo e das águas de municípios que participaram das formações em nível de aperfeiçoamento dos Programas Escola da Terra e Pampa Alfabetizado (Alegrete, Bagé, Candiota, Caçapava do Sul, Canguçu, Dom Pedrito, Hulha Negra, Piratini, Rio Grande, Rosário do Sul, Santa Maria, Santana da Boa Vista, Santana do Livramento, São Gabriel, São José do Norte, Uruguaiana).
- Em contrapartida, a Unipampa destinará **10 vagas** a egressos/as do Curso de Educação do Campo - Campus Dom Pedrito.

VI. PERFIL DA EQUIPE DE COORDENAÇÃO E FORMAÇÃO

Docente	Instituição	Titulação	Link para acesso lattes
Algacir José Rigon	Docente - Unipampa	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/8239757682102480
Andréia Nunes Sá Brito	Docente - Unipampa	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/4496265199349311
Annie Mehes Maldonado Brito	Docente - Unipampa	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/1748628521580605
Carla Valeria Leonini Crivellaro	Docente - Unipampa	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/4745945550307336

Cintia Saydelles da Rosa	TAE - Unipampa	Mestrado	http://lattes.cnpq.br/8680932856088474
Denise da Silva Goerch	Docente - Unipampa	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/0019442232422324
Jonas Anderson Simões das Neves	Docente - Unipampa	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/9382943655988177
José Guilherme Franco Gonzaga	Docente - Unipampa	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/1408717469531666
Sandra Maders	Docente - Unipampa	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/8358807580526339
Suzana Cavalheiro de Jesus	Docente - Unipampa	Doutorado	http://lattes.cnpq.br/6494340013752525

Quadro de bolsas*

Função	Nome	CPF	Formação	vínculo	Número bolsas
coordenador	José Guilherme Franco Gonzaga	00754968790		Docente	
supervisor/a	Isabel Cristina Eisenhardt de Mello	58259287072		TAE	
Formador/a	Jonas Anderson Simões das Neves	00107919060		Docente	
Professor pesquisador/a					
Tutor					

* Este quadro será devidamente preenchido com o envio da planilha de bolsas pela SEACADI/MEC

Gestão do Curso

Inspirado no Método Pedagógico do Instituto Josué de Castro e no princípio de que a forma é parte do processo formativo, a gestão do curso fundamenta-se nos princípios da gestão democrática, compreendendo que a formação ocorre em uma coletividade viva, na qual educadores/as e educandos/as compartilham responsabilidades, decisões e tarefas de organização, planejamento, acompanhamento e avaliação. Nesse sentido, o curso estrutura-se por meio dos princípios de democracia ascendente e democracia descendente, que se complementam e asseguram a participação efetiva de todos os sujeitos envolvidos.

A democracia ascendente refere-se ao movimento que se inicia na base, nos grupos e núcleos compostos pelos cursistas, e que se eleva às instâncias coletivas do curso. Esse movimento constitui o espaço de debate, análise da realidade, formulação de proposições e tomada de decisões coletivas. Ele promove a ampliação das responsabilidades, o exercício da autonomia, a construção do consenso e a participação real dos educandos na gestão do processo formativo. Assim, a democracia ascendente garante que decisões relevantes sejam produzidas pelo conjunto de cursistas, fortalecendo o protagonismo e a corresponsabilidade.

A democracia descendente, por sua vez, refere-se ao movimento que se estabelece das instâncias coletivas de decisão até as equipes responsáveis pela execução e acompanhamento das ações. Consiste na implementação das decisões tomadas de forma coletiva, garantindo sua operacionalidade, coerência e continuidade. Nesse movimento, as coordenações, equipes pedagógicas e setores do curso assumem a responsabilidade pela organização cotidiana, pelo cumprimento das tarefas estabelecidas e pela manutenção do funcionamento geral do processo formativo.

Ambas as dimensões — ascendente e descendente — não se opõem, mas se complementam como partes essenciais da organicidade do curso. Enquanto a ascendente assegura participação, reflexão crítica e elaboração coletiva das decisões, a descendente garante execução, planificação e acompanhamento das ações de modo coerente com o conjunto deliberado. Essa dinâmica contribui para a formação política dos educandos, que vivenciam processos pedagógicos que articulam autonomia, disciplina consciente, corresponsabilidade e tomada de decisões coletivas.

Além disso, a gestão do curso orienta-se pela prática da co-gestão entre educadores/as e educandos/as, respeitando os papéis e responsabilidades específicas, mas garantindo que tanto os docentes quanto os cursistas participem de todas as etapas do processo: análise, decisão, planejamento, execução e avaliação. A co-gestão possibilita que a formação seja vivida não apenas como atividade acadêmica, mas como experiência de participação social e política, fortalecendo o compromisso ético, o senso de coletividade e a autonomia organizativa.

Por fim, a gestão democrática se fundamenta na construção de acordos coletivos, registrados em documentos orientadores do curso (regimentos, projetos metodológicos e instrumentos de acompanhamento), que são históricos e podem ser revisados conforme as

necessidades da coletividade. Dessa forma, a gestão do curso torna-se espaço formativo em si mesma, integrando organização, vivência democrática, participação ativa e produção coletiva de conhecimento, de forma que possibilite repensar o processo de gestão escolar.

VII. METODOLOGIA DO CURSO

7.1. Perspectiva Teórico-Metodológica

A metodologia proposta para o curso fundamenta-se nos princípios formativos desenvolvidos pelo Método Pedagógico do Iterra/IEJC, especialmente nas concepções de Arquitetura Social, Ambiente Educativo, Pedagogia do Movimento, Organicidade e Alternância entre tempos formativos. Essa base metodológica orienta a construção de um percurso de formação que privilegia a práxis, a coletividade, a reflexão crítica e a articulação entre escola, território e comunidade.

1. Princípios orientadores da metodologia

O curso organiza-se a partir de cinco princípios estruturantes:

1.1. Arquitetura Social da Formação

A metodologia compreende a formação como uma estratégia de organização, inserção e funcionamento coletivo, pautada na participação ativa dos cursistas em instâncias de decisão e no protagonismo compartilhado. A Arquitetura Social, enquanto conceito pedagógico-filosófico, estabelece que a formação ocorre em um organismo vivo, sustentado por relações, tarefas compartilhadas e corresponsabilidade. Assim, os cursistas não ocupam posição passiva; eles integram e movimentam a dinâmica do curso, contribuindo para sua construção, avaliação e continuidade.

1.2. Ambiente Educativo Intencional

O curso reconhece o ambiente educativo como um cenário pedagógico construído intencionalmente para promover aprendizagens significativas. Essa perspectiva supera a noção de ambiente como espaço físico e o compreende como um sistema de relações, experiências, problematizações e situações formativas planejadas. Nada ocorre de maneira espontânea: cada atividade é organizada para gerar deslocamentos cognitivos, afetivos e ético-políticos, alinhados à prática pedagógica emancipadora.

1.3. Pedagogia do Movimento e enraizamento territorial

A formação vincula-se às realidades socioterritoriais das escolas do campo e dos povos que habitam o Bioma Pampa. Inspirada na Pedagogia do Movimento, a metodologia busca promover o enraizamento dos educadores em coletividades com memória e projeto de futuro, reconhecendo a escola como parte intrínseca das lutas sociais, das culturas locais e das

epistemologias do campo. Assim, o território é concebido como matriz formativa e espaço privilegiado da experiência pedagógica.

1.4. Alternância Pedagógica como eixo organizador

O curso estrutura-se em Tempos Universidade (TU) e Tempos Comunidade (TC), articulados de maneira dialética. No TU concentram-se estudos teóricos, oficinas, práticas integradoras e planejamento coletivo; no TC realizam-se pesquisas, vivências, intervenções pedagógicas e devolutivas às comunidades escolares. Essa alternância assegura a indissociabilidade entre teoria e prática, entre reflexão e ação, e entre formação acadêmica e realidade concreta.

1.5. Epistemologia da Práxis

Toda atividade formativa articula ação, reflexão e reconstrução da ação, assumindo a práxis como fundamento epistemológico. A pesquisa, o planejamento pedagógico, as práticas didáticas e as sínteses avaliativas baseiam-se no princípio da transformação recíproca entre sujeitos e territórios, orientada por problematizações reais e por compromissos ético-políticos com os sujeitos do campo.

2. Estrutura metodológica do curso

2.1. Organização dos tempos formativos

Cada módulo do curso compreende atividades de:

- acolhida e mística (fortalecimento da identidade e da coletividade);
- estudos teóricos e leituras orientadas;
- discussões e seminários temáticos;
- oficinas de criação pedagógica;
- organização coletiva (organicidade), com tarefas compartilhadas;
- planejamento da intervenção no TC;
- elaboração de sínteses individuais e coletivas;
- avaliação processual e crítica do módulo.

O Tempo Comunidade, por sua vez, contempla:

- investigação da realidade escolar e territorial;
- desenvolvimento de práticas pedagógicas contextualizadas;
- planejamento e aplicação de complexos de estudo, sequências didáticas e tecnologias sociais educacionais;
- registros reflexivos (diário de campo, caderno de alternância, portfólio);
- devolutivas às escolas e comunidades;
- sistematização para as sínteses integradoras.

2.2. Núcleos de Base e coletividade formativa

Os cursistas organizam-se em Núcleos de Base, que são espaços permanentes de estudo, acompanhamento, auto-organização e corresponsabilidade. Cabem aos núcleos:

- fomentar a leitura coletiva e a produção de sínteses;
- assumir tarefas de gestão da organicidade;
- promover processos de crítica e autocrítica;
- registrar a memória formativa do curso;
- construir vínculos de solidariedade e cuidado.

Essa estrutura assegura a vivência concreta da Arquitetura Social e a prática democrática no interior do curso.

2.3. Dimensões metodológicas por eixo formativo

A metodologia articula teoria e prática nos cinco eixos estruturantes do curso, garantindo intencionalidade educativa e diálogo permanente entre tempos formativos. São previstas metodologias como:

- estudos dirigidos e círculos de cultura;
- análise de políticas públicas e de práticas pedagógicas;
- oficinas de organização do trabalho pedagógico, produção de tecnologias sociais aplicadas ao processo de ensino-aprendizagem e outros materiais didáticos;
- construção de inventário da realidade e complexos de estudo;
- registro, memória e documentação pedagógica;
- vivências com mestres do saber e sujeitos da comunidade;
- práticas didáticas em turmas multisseriadas.

3. Sínteses e processos avaliativos

A avaliação tem caráter processual, formativo e coletivo, alinhada à perspectiva da Educação do Campo, das Águas e das Florestas. Os instrumentos incluem:

- autoavaliação;
- avaliação pelo núcleo;
- avaliação dos formadores;
- devolutivas públicas nas sínteses dos módulos;
- portfólio/caderno de alternância;
- relatórios críticos do Tempo Comunidade;
- produções didáticas e intervenções pedagógicas.

A avaliação considera o percurso formativo do cursista, seu engajamento na coletividade e sua capacidade de articular teoria e prática no contexto da escola do campo.

Os processos de recuperação de presença e de conhecimento, quando couberem, seguirão as normativas da Unipampa, o Regimento Interno do Curso e deliberações da Coordenação Política Pedagógica do Curso (Comissão de Curso).

4. Produto Final: Trabalho de Conclusão do Curso

O Trabalho Final constitui uma produção socialmente útil, destinada a contribuir com a escola, o território ou o movimento social. Pode assumir formas como:

- sistematização de experiência pedagógica;
- projeto curricular contextualizado;
- projeto para ingresso em mestrado;
- artigo;
- material didático interdisciplinar;
- tecnologia social aplicada ao ambiente escolar;
- estudo socioterritorial;
- análise de práticas em turmas multisseriadas;
- cartas pedagógicas.

O Trabalho Final deve emergir da práxis vivenciada nos tempos formativos e sintetizar o percurso teórico-político-pedagógico do cursista e pode servir como base para elaboração de projeto de ingresso em programas de pós-graduação.

Estratégias de Articulação e Suporte: O Uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle

6.1. Objetivos do Moodle na Formação em Alternância

O Moodle será implementado como um espaço virtual de suporte e continuidade, visando:

- **Promover a Conectividade e Interação:** Criar um canal permanente de comunicação e interação entre cursistas, professores/as e coordenação, superando as barreiras geográficas e temporais impostas pela alternância e pelas longas distâncias (dadas as características do Bioma Pampa e da região de atuação).
- **Apoiar o Tempo Comunidade/Escola (TCE):** Oferecer subsídios teóricos, materiais didáticos e roteiros de atividades para o período de atuação nas escolas/comunidades, garantindo que o TCE seja um tempo formativo orientado e não apenas um tempo de trabalho.
- **Articular Teoria e Prática (Práxis):** Servir como o *locus* de registro, reflexão e socialização das experiências vividas no TCE, permitindo que os saberes do campo e as práticas pedagógicas multisseriadas sejam analisados à luz dos referenciais teóricos discutidos no TU (Tempo Universidade).
- **Gerenciar e Acompanhar a Aprendizagem:** Utilizar os recursos do Moodle para disponibilizar materiais, receber as produções dos cursistas (como diários de campo, relatórios e projetos de intervenção), realizar fóruns de debate e aplicar avaliações, facilitando o acompanhamento individualizado e em grupo.

6.2. Estrutura e Recursos a Serem Utilizados

Cada disciplina ou módulo da especialização terá um espaço dedicado no Moodle, utilizando os seguintes recursos, entre outros:

- **Repositório de Materiais (Páginas e Arquivos):** Disponibilização de textos de referência, vídeos, *podcasts*, *e-books* e materiais de apoio específicos à Educação do Campo, das Águas e das Florestas e às Turmas Multisseriadas (em diálogo com o Currículo e Prática Pedagógica).
- **Fóruns de Discussão:** Utilizados para debater as leituras, compartilhar desafios da prática docente no campo, e realizar a **socialização das atividades do TCE** (por exemplo, a **leitura crítica da realidade** e a elaboração de tecnologias sociais educativas).
 - *Exemplo:* Fórum temático para discutir os **"Impactos do Agronegócio no Currículo"** ou **"Estratégias de Trabalho com as Culturas Camponesas"**.
- **Diários de Bordo/Relatórios (Tarefas):** Espaço para a entrega formal das produções escritas e reflexivas do cursista, como o **Diário do Tempo Comunidade** e o **Projeto de Intervenção Pedagógica/Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)**, que se espera estejam profundamente enraizados na realidade do campo e das escolas multisseriadas.
- **Ferramentas de Interação Síncrona (Webconferência):** Realização de encontros virtuais síncronos (*lives* ou *webinars*) com professores, movimentos sociais ou pesquisadores convidados, especialmente em momentos estratégicos de transição entre o TU e o TCE, ou para aprofundamento em temas específicos.
- **Glossário Colaborativo:** Criação coletiva de um vocabulário técnico e específico da Educação do Campo, das turmas multisseriadas e da realidade do Bioma Pampa, valorizando os saberes locais.

7.2. Estrutura Curricular do Curso

CURRÍCULO E PRÁTICA PEDAGÓGICA EM TURMAS MULTISSERIADAS

EMENTA

Da Educação a Educação do Campo, Aspectos históricos das escolas multisseriadas no Brasil. Constituição histórica e dimensões político, pedagógica e epistêmica da Educação do Campo. Políticas Educacionais e Marco Normativo da Educação do Campo. Educação e Movimentos Sociais do Campo. Concepções de desenvolvimento e aprendizagem da Educação do Campo. Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade. Currículo por área de conhecimento: currículo integrado, Complexos de Estudos, Temas Geradores. Gestão e Avaliação nas turmas multisseriadas.

Matriz de Formação:

Semestre	UNIDADE	Docentes responsáveis	CH TU	CH TC	Total	Créditos
1º	Princípios teóricos e metodológicos de auto organização: gestão, planejamento e avaliação	Dr. José Guilherme Franco Gonzaga	30	15	45	3
1º	Teorias Críticas e a Educação do Campo, das Águas e das Florestas	Dr. Algacir José Rigon	30	15	45	3
1º	Bioma Pampa e Sociobiodiversidade: Corredores Socioculturais, Território e Educação do Campo, das Águas e das Florestas	Drª Andréia Nunes Sá Brito	30	15	45	3
1º	Dimensões político, pedagógica e epistêmica da Educação do Campo e seu marco normativo	Dr. Jonas Anderson Simões das Neves	30	15	45	3
2º	Organização do trabalho pedagógico e currículo nas Escolas/Turmas Multisseriadas	Dr. José Guilherme Franco Gonzaga	30	15	45	3
2º	Educação Ambiental, Justiça Climática e Agroecologia	Drª Carla Valeria Leonini Crivellaro	30	15	45	3
2º	Ensino e aprendizagem e práticas pedagógicas nas Escolas/Turmas Multisseriadas (optativas por área de conhecimento)	Ciências da Natureza: Denise da Silva Goerch	30	15	45	3
		Ciências Humanas e Sociais: Jonas Anderson Simões das Neves				
		Linguagens: Jonas Anderson Simões das Neves				
		Matemática: Denise da Silva Goerch				
2º	Interseccionalidades Raça, Classe, Gênero e a dimensão do Cuidado e Autocuidado das relações humanas	Drª Suzana Cavalheiro de Jesus Drª Sandra Maders Drª Annie Mehes Maldonado Brito Msc Cintia Saydelles da Rosa	30	15	45	3
3º	Pesquisa em Educação do Campo, das Águas e das Florestas	Dr. Algacir José Rigon Dr. José Guilherme Franco Gonzaga Dr. Jonas Anderson Simões das Neves	90	0	90	6
	Integralização Curricular		330	120	450	30

* Para integralização curricular cursistas devem apresentar 45 horas de Atividades Complementares de Formação que podem ser participação em (JURA, Encontros, Seminários etc)

Componente:	Ementa:	Objetivo:	Conteúdo Programático:
Princípios teóricos e metodológicos de auto organização: gestão, planejamento e avaliação* *(A gestão, planejamento e avaliação desta especialização se propõe a ser um laboratório teórico-prático desta forma de organização escolar)	Estudo dos fundamentos teóricos, políticos e pedagógicos da auto-organização no contexto da Educação do Campo, das Águas e das Florestas, com ênfase na gestão democrática, no planejamento coletivo e na avaliação formativa. Análise da auto-organização como princípio metodológico articulado à práxis, ao trabalho como princípio educativo e à construção de processos educativos emancipatórios. Compreensão das formas de organização coletiva da escola e da turma multisseriada, das instâncias de decisão, dos processos de crítica e autocrítica, da memória organizativa e da corresponsabilidade. Elaboração de instrumentos de planejamento e avaliação contextualizados às realidades das escolas do campo, articulando Tempo Universidade e Tempo Comunidade/Escola.	Compreender e aplicar os princípios teóricos e metodológicos da auto-organização na gestão, no planejamento e na avaliação do trabalho pedagógico em escolas do campo, especialmente em turmas multisseriadas: - Analisar os fundamentos da gestão democrática na Educação do Campo, das Águas e das Florestas. - Compreender a auto-organização como princípio formativo e político. - Elaborar instrumentos coletivos de planejamento articulados ao território. - Construir estratégias de avaliação processual e emancipatória. - Desenvolver práticas de auto-organização aplicadas à realidade escolar.	1. Fundamentos teóricos da auto-organização: 1.1 Trabalho como princípio educativo; 1.2 Práxis, organização coletiva e emancipação; 1.3 Auto-organização como princípio metodológico na formação. 2. Gestão democrática na escola do campo: 2.1 Participação, colegialidade e corresponsabilidade; 2.2 Instâncias organizativas: assembleias, conselhos, núcleos de base; 2.3 Cultura organizativa, memória e identidade coletiva. 3. Planejamento coletivo: 3.1 ; Planejamento interdisciplinar em turmas multisseriadas; 3.2 Articulação entre território, currículo e complexos de estudo ;Instrumentos de planejamento vinculados ao inventário da realidade. 4. Avaliação formativa e emancipatória: 4.1 Avaliação como processo e não como produto; 4.2 Critérios construídos coletivamente; 4.3 Autoavaliação, avaliação coletiva e crítica/autocrítica; 4.4 Avaliação na alternância (TU e TCE). 5. Instrumentos metodológicos: 5.1 Roteiros de organização coletiva; Planos de ação; 5.2 Diário de campo e registros reflexivos; 5.3 Sistematização de experiências.

Fundamentos da Economia Política e a Educação do Campo, das Águas e das Florestas	Conhecimento das bases conceituais da Economia Política Clássica e Crítica, analisando a centralidade da questão agrária e da produção de conhecimento no contexto do campo brasileiro.	Analisar as categorias fundamentais da Economia Política (trabalho, valor, capital, mercadoria). Compreender as especificidades do modo de produção capitalista no campo e suas implicações para a luta de classes e a formação na Educação do Campo, das Águas e das Florestas.	1. O Materialismo Histórico e Dialético como método de análise da sociedade; 2. Introdução à Economia Política: categorias e conceitos. 3. Conceitos de Ideologia, Hegemonia e Luta de Classes nas esferas da produção e reprodução social. 4. A questão agrária no Brasil: historicidade, latifúndio e modelos de desenvolvimento. 5. Trabalho, terra e produção no contexto camponês e assentado. 6. O papel da Educação do Campo, das Águas e das Florestas como projeto contra-hegemônico e as relações de poder econômico.
Bioma Pampa e Sociobiodiversidade: Corredores Bioculturais, Território e Educação do Campo, das Águas e das Florestas	Estudo do Bioma Pampa a partir da noção de sociobiodiversidade, considerando as relações históricas, culturais, produtivas, ambientais e educativas que conformam os territórios pampianos. Abordagem dos <i>Corredores Bioculturais</i> como estratégia de leitura territorial, valorização dos saberes tradicionais, fortalecimento das identidades camponesas, quilombolas, indígenas e pesqueiras e construção de práticas pedagógicas contextualizadas. Integração entre Educação do Campo, das Águas e das Florestas, Justiça Ambiental, direitos territoriais, patrimônio biocultural e currículo escolar.	Analisar o Bioma Pampa como território educativo e espaço de produção de sociobiodiversidade, compreendendo seus corredores socioculturais, conflitos e potências, a fim de subsidiar a construção de práticas pedagógicas contextualizadas, interdisciplinares e comprometidas com a defesa da vida, dos povos do campo e da biodiversidade.	1. Bioma Pampa como território histórico, social e educativo 1.1. Caracterização geoambiental do Bioma Pampa: clima, solos, campos nativos e paisagens culturais. 1.2. Formação histórica do território pampiano: latifúndio, fronteira, pecuária extensiva e conflitos agrários. 1.3. Território, identidade e memória: o Pampa como espaço de produção de cultura, trabalho e modos de vida. 2. Sociobiodiversidade e Corredores Socioculturais 2.1. Conceito de sociobiodiversidade: articulação entre diversidade biológica e diversidade cultural. 2.2. A coleção <i>Corredores Socioculturais</i> : fundamentos, metodologias e experiências no Bioma Pampa. 2.3. Corredores socioculturais como dispositivos pedagógicos de leitura do território: sementes crioulas, plantas medicinais, saberes alimentares, festas, religiosidades e práticas de cuidado com a natureza. 2.4. Patrimônio biocultural e direito à memória dos

			povos e comunidades tradicionais. 3. Conflitos, ameaças e resistências no Pampa 3.1. Impactos das monoculturas, mineração, parques eólicos e uso intensivo de agrotóxicos sobre a sociobiodiversidade. 3.2. Crise climática, perda de biodiversidade e injustiça ambiental no Sul do Brasil. 3.3. Experiências de resistência: agroecologia, feiras, redes de sementes, associações comunitárias e educação popular. 4. O Bioma Pampa no currículo das Escolas do Campo 4.1. O território como matriz formativa: inventário da realidade e cartografia social no Pampa. 4.2. Construção de Complexos de Estudo e Temas Geradores a partir dos corredores socioculturais. 4.3. Produção de materiais didáticos e tecnologias sociais educativas sobre o Bioma Pampa. 4.4. Planejamento de práticas pedagógicas interdisciplinares para turmas multisseriadas a partir da sociobiodiversidade.
--	--	--	--

Dimensões político, pedagógica e epistêmica da Educação do Campo e seu marco normativo	A Educação do Campo, das Águas e das Florestas em sua complexidade, desvendando suas naturezas política (luta por direitos e políticas públicas), pedagógica (propostas curriculares e de formação humana), e epistêmica (produção de saberes e conhecimento) e as conquistas e desafios das Políticas Públicas e Marcos Normativos que a rege.	1. Compreender a Educação do Campo, das Águas e das Florestas como um movimento social e político que luta por políticas públicas específicas. 2. Analisar as características e os fundamentos da proposta pedagógica da Educação do Campo, das Águas e das Florestas, incluindo a relação entre trabalho, cultura e formação humana. 3. Identificar os principais marcos legais e normativos (Constituição, LDB, Pareceres, Decretos) que regulamentam a Educação do Campo no Brasil. 4. Discutir as bases epistemológicas (Educação popular, Pedagogia Histórico-Crítica, Pedagogia Socialista, Pedagogia do Movimento, Pedagogia da Alternância) que sustentam a construção curricular e a pesquisa.	1. Educação do Campo como política pública: 1.1 - Programas e políticas voltadas à Educação do Campo, das Águas e das Florestas no Brasil. 1.2 - A Nova Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas (NOVOPRONACAMPO) e suas ações estruturantes. 1.3 - Desafios contemporâneos para a garantia do direito à educação nos territórios dos povos do Campo, das Águas e das Florestas.. 2. Marcos legais e normativos da Educação do Campo, das Águas e das Florestas 2.1 - Constituição Federal de 1988 e o direito à educação. 2.2 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). 2.3 - Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB nº 1/2002 e nº 2/2008). 2.4 - Pareceres e normativas do Conselho Nacional de Educação e dos sistemas estaduais. 2.5 - Marco normativo recente das políticas para Educação do Campo. 3. Fundamentos pedagógicos e epistemológicos da formação na Educação do Campo, das Águas e das Florestas 3.1 - Educação Popular e a pedagogia de Paulo Freire. Pedagogia Histórico-Crítica. 3.2 - Pedagogia Socialista e a Escola do Trabalho. 3.3 - Pedagogia do Movimento e experiências do MST. 3.4 - Pedagogia da Alternância e a relação entre tempo escola e tempo comunidade.
---	--	--	---

Organização do trabalho pedagógico e currículo nas Escolas/Turmas Multisseriadas	Bases conceituais e práticas para a organização do trabalho docente e a construção curricular em ambientes de escola/turma multisseriada (multigraduadas). O foco será a articulação da do Desenvolvimento Humano com modelos curriculares integradores (como Tema Gerador e Complexo de Estudos), e os desafios específicos da Gestão e Avaliação Escolar nesses contextos.	1. Analisar as especificidades e os desafios da organização do trabalho pedagógico em escolas com turmas multisseriadas. 2. Compreender a Periodização do Desenvolvimento Humano como fundamento teórico para o planejamento e a diferenciação didática. 3. Estudar e aplicar modelos de currículo integrado que rompem com a lógica seriada e disciplinar (Tema Gerador, Eixo Temático, Complexo de Estudos). 4. Debater as particularidades da Gestão e da Avaliação nos contextos multisseriados, promovendo práticas inclusivas e emancipadoras.	1. O Desenvolvimento Humano e o Multisseriado 1.1. Fundamentos da Psicologia Histórico-Cultural: Atividade Principal, Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). 1.2. As fases do Desenvolvimento Humano (infância, idade escolar, adolescência) e suas implicações para o ensino em grupos de diferentes idades e estágios. 1.3. A Diferenciação Pedagógica como estratégia essencial no multisseriado. 2. Currículo Integrado e Organização do Conhecimento 2.1. O Currículo Integrado como alternativa à fragmentação do conhecimento: princípios e fundamentos. 2.2. A metodologia do Tema Gerador (Paulo Freire): a pesquisa da realidade e a construção do programa de estudos a partir dos desafios concretos da comunidade. 2.3. O Eixo Temático e o Complexo de Estudos como estruturas para organizar o conhecimento de forma interdisciplinar e contextualizada. 2.4. Planejamento por Projetos de Trabalho no multisseriado. 3. Gestão, Avaliação e o Contexto Multisseriado 3.1. A Gestão Democrática no contexto de escolas de pequeno porte e sua relação com a comunidade. 3.2. Estratégias de Organização do Tempo e Espaço em salas multisseriadas: cantos de trabalho, rotações, agrupamentos produtivos. 3.3. Avaliação Formativa como instrumentos de acompanhamento do desenvolvimento individual em um grupo heterogêneo. 3.4. O Conselho de Classe e a participação da comunidade no processo avaliativo e de gestão.
---	---	---	---

Educação Ambiental, Justiça Climática e Agroecologia no Bioma Pampa	análise e proposição de modelos sustentáveis de convivência e produção no Bioma Pampa, a partir da perspectiva da Agroecologia. A disciplina investigará as relações entre a crise climática, a perda de biodiversidade e a necessidade de práticas que promovam a Justiça Climática e a resiliência socioecológica.	Objetivo Compreender os fundamentos da educação ambiental anticapitalista e suas implicações pedagógicas, sociais e ecológicas, articulando teoria crítica, práticas territoriais e experiências educativas populares. - Analisar a crise ambiental como parte da crise estrutural do capitalismo - Discutir o conceito de produção destrutiva e seus impactos no campo - Estudar a agroecologia como alternativa socioecológica e política - Compreender o papel dos movimentos sociais na construção de práticas educativas emancipatórias - Refletir sobre o trabalho associado como princípio educativo - Elaborar propostas pedagógicas de educação ambiental vinculadas à realidade dos territórios	1 — Crise socioambiental e capitalismo 1.1 - Capitalismo, natureza e exploração 1.2 - Produção destrutiva e crise ecológica 1.3 - Agronegócio, mineração e conflitos territoriais 2 — Fundamentos da educação ambiental crítica 2.1 - Educação ambiental conservadora x crítica 2.2 - Educação ambiental como prática política 2.3 - Contribuições do marxismo ecológico 3 - Trabalho, território e agroecologia 3.1 - Trabalho associado e emancipação humana 3.2 - Agroecologia como prática social e educativa 3.3 - Reforma agrária popular e soberania alimentar 4 - Educação do Campo, das Águas e das Florestas e práticas emancipatórias 4.1- Pedagogias do campo e da luta social 4.2 - Experiências educativas em movimentos sociais 4.3 - Escola, território e transformação social 5 - Práxis pedagógica 5.1 - Construção de propostas de educação ambiental anticapitalista 5.2 - Projetos integradores com foco no território 5.3 - Educação, organização coletiva e justiça ambiental
---	--	--	---

Ensino e aprendizagem e práticas pedagógicas nas Escolas/Turmas Multisseriadas (optativas por área de conhecimento)	Estudo dos fundamentos teóricos e metodológicos do ensino e da aprendizagem em turmas multisseriadas, considerando as especificidades da Educação do Campo, das Águas e das Florestas. Análise das práticas docentes nas áreas de Matemática, Linguagens, Ciências Humanas e Sociais e Ciências da Natureza, em perspectiva interdisciplinar e contextualizada. Discussão de estratégias didáticas para planejamento, mediação pedagógica e avaliação em contextos de diversidade etária e de aprendizagem. Elaboração de propostas pedagógicas integradas, articuladas ao território, ao inventário da realidade e aos complexos de estudo, visando à formação integral dos sujeitos do campo.	Compreender e desenvolver práticas pedagógicas interdisciplinares adequadas às especificidades das turmas multisseriadas, articulando ensino, aprendizagem e realidade territorial. - Analisar fundamentos do ensino em contextos multisseriados. - Compreender processos de aprendizagem em diferentes etapas e ritmos. - Desenvolver estratégias de organização do tempo, espaço e agrupamentos. - Integrar conteúdos das áreas do conhecimento em propostas interdisciplinares. - Elaborar instrumentos de avaliação formativa contextualizada.	Integração das áreas do conhecimento Linguagens - Alfabetização e letramento no campo. - Oralidade, leitura do mundo e produção textual. - Linguagens artísticas e cultura local. Matemática - Resolução de problemas contextualizados. - Medidas, organização da produção, estatísticas da comunidade. - Matemática como linguagem para compreender o território. Ciências da Natureza - Direito à alimentação saudável - Agroecologia, ciclos naturais, biodiversidade. - Relação ser humano-natureza. - Experimentação e investigação científica no território. Ciências Humanas e Sociais - História local, memória e identidade. - Organização social e questão agrária. - Cartografia social e leitura crítica do espaço.
--	--	---	--

Pesquisa em Educação do Campo, das Águas e das Florestas	Elaboração e execução de Projetos de Pesquisa que sejam relevantes para as pautas e os sujeitos da Educação do Campo, das Águas e das Florestas, discussão sobre as abordagens e métodos de pesquisa que dialogam com as epistemologias e as práticas emancipatórias do campo, capacitando para a escolha e uso adequado de procedimentos e instrumentos de coleta e análise de dados.	1. Analisar as bases epistemológicas e as abordagens metodológicas adequadas ao contexto da Educação do Campo, das Águas e das Florestas (Pesquisa Participante, Pesquisa-Ação, etc.). 2. Discutir a relação entre o pesquisador(a) e os sujeitos do campo, valorizando a produção coletiva de conhecimento. 3. Dominar os principais procedimentos e instrumentos de pesquisa social (entrevistas, observação, grupos focais). 4. Elaborar um Projeto de Pesquisa coerente, ético e politicamente engajado com as necessidades das comunidades do campo.	1. Abordagem e Método de Pesquisa na Educação do Campo 1.1. Bases Epistemológicas das Teorias Críticas e a Pesquisa. 1.2. Abordagens de Pesquisa: o debate entre a Pesquisa Quantitativa e Qualitativa e a primazia da abordagem qualitativa na área. 1.3. Metodologias Emancipatórias: princípios e técnicas da Pesquisa-Ação, da Pesquisa Participante e da Construção Compartilhada do Conhecimento. 1.4. O Materialismo Histórico e Dialético como método para análise da realidade. 2. Procedimentos e Instrumentos de Pesquisa 2.1. Definição do objeto e formulação da Questão de Pesquisa. 2.2. A escolha dos Procedimentos mais adequados: estudo de caso, pesquisa etnográfica, levantamentos bibliográficos. 2.3. Instrumentos de Coleta de Dados: Entrevistas (semiestruturadas e narrativas), Grupos Focais, Observação Participante e análise documental. 2.4. Ética em Pesquisa: o Consentimento Livre e Esclarecido e o diálogo com as comunidades. 2.5. Protocolos de consulta prévia e o direito à livre determinação 3. Elaboração do Projeto de Pesquisa 3.1. Estrutura e elementos de um Projeto de Pesquisa (tema, problema, objetivos, justificativa, marco teórico). 3.2. O delineamento metodológico: descrição detalhada da amostragem (sujeitos) e dos métodos de análise de dados (Análise de Conteúdo, Análise de Discurso). 3.3. Cronograma e Orçamento (recursos) na pesquisa social. 3.4. A relação entre a Pesquisa e a Intervenção Social na perspectiva da Educação do Campo, das Águas e das Florestas.
---	---	--	--

Interseccionalidades Raça, Classe, Gênero e a dimensão do Cuidado e Autocuidado das relações humanas	Estudo das interseccionalidades entre raça, classe e gênero no contexto da Educação do Campo, das Águas e das Florestas, com ênfase nas desigualdades estruturais, nas relações de poder e nas formas de resistência dos povos e comunidades do campo. Análise das opressões históricas que atravessam a escola e o território, considerando os marcadores sociais da diferença e suas implicações nos processos educativos. Discussão da dimensão ética, política e pedagógica do cuidado e do autocuidado como práticas coletivas de humanização, proteção da vida e fortalecimento comunitário. Construção de estratégias pedagógicas que promovam equidade, respeito às diversidades e cultura de cuidado nas escolas do campo, das águas e das florestas.	- Compreender as interseccionalidades entre raça, classe e gênero como dimensões estruturantes das relações sociais e educativas, desenvolvendo práticas pedagógicas fundamentadas no cuidado, na justiça social e na promoção da dignidade humana: - Analisar as bases históricas e estruturais do racismo, do patriarcado e das desigualdades de classe. - Compreender como as opressões interseccionais impactam as comunidades do campo. - Refletir sobre práticas escolares que reproduzem ou enfrentam desigualdades. - Discutir o cuidado e o autocuidado como práticas ético-políticas na formação docente. - Elaborar estratégias pedagógicas comprometidas com o cuidado e auto cuidado nas relações humanas.	1. Interseccionalidades e desigualdades sociais: 1.1 - Conceito de interseccionalidade e suas contribuições para a análise das relações sociais. 1.2 - Raça, classe e gênero como categorias estruturantes das desigualdades sociais. 1.3 - Racismo estrutural, patriarcado e desigualdades de classe na sociedade brasileira. 2. Interseccionalidades nos territórios do campo: 2.1 - As desigualdades sociais e raciais nos territórios rurais. 2.2 - Povos e comunidades do campo, das águas e das florestas. 2.3 - Mulheres do campo, juventudes rurais e relações de gênero. 2.4 - Racismo, sexismo e desigualdades sociais no cotidiano das comunidades e das escolas. 3. Educação do Campo, das Águas e das Florestas e enfrentamento das desigualdades: 3.1 - Educação do Campo e justiça social. 3.2 - A escola como espaço de reprodução e de enfrentamento das desigualdades. 3.3 - Diversidade, direitos humanos e educação inclusiva. 3.4 - Políticas educacionais e reconhecimento das identidades e diferenças. 4. Ética do cuidado e do autocuidado nas relações humanas: 4.1 - Cuidado como princípio ético e político na educação. 4.2 - Relações humanas, convivência e construção de ambientes educativos humanizados. 4.3 - Autocuidado, saúde mental nos processos educativos 4.4 - Cuidado coletivo, solidariedade e fortalecimento comunitário.
---	---	---	---

CRONOGRAMA – Março de 2026 a Maio de 2027

	2026										2027				
ATIVIDADES PROPOSTAS	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai
Trâmite MEC/Unipampa	x	x													
Edital de seleção dos cursistas e contato com os municípios		x	x												
Matrícula			x	x											
Formação da Equipe Técnico Pedagógica				x											
Princípios teóricos e metodológicos de auto organização					x										
Teorias Críticas e a Educação do Campo					x	x									
Bioma Pampa e Sociobiodiversidade: Corredores Socioculturais, Território e Educação do Campo					x	x									
Pesquisa em Educação do Campo (Orientação de Trabalho Final)						x	x	x	x	x	x	x			

Dimensões político, pedagógica e epistêmica da Educação do Campo e seu marco normativo						X	X								
Organização do trabalho pedagógico e currículo nas Escolas/Turmas Multisseriadas							X	X							
Ação Climática e Agroecologia							X	X							
Ensino e aprendizagem e práticas pedagógicas nas Escolas/Turmas Multisseriadas (optativas por área de conhecimento)								X	X						
Interseccionalidades Raça, Classe, Gênero e a dimensão do Cuidado e Autocuidado das relações humanas									X	X					
Produção de Materiais Didáticos											X	X	X		
Tempo Comunidade – orientação dos trabalhos			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Seminário de avaliação													X	X	
Relatório no SISFOR e Prestação de contas no SIMEC															X

VIII. CONTRAPARTIDAS

Em atendimento à Portaria MEC/SECADI nº 10/2026, que estabelece critérios, contrapartidas e indicadores de monitoramento para o apoio técnico e financeiro às instituições federais de ensino no âmbito de ações de formação inicial e continuada, a Universidade Federal do Pampa compromete-se a assegurar as seguintes contrapartidas no desenvolvimento da Especialização Escola da Terra: Currículo e Prática Pedagógica em Turmas Multisseriadas:

I – Garantia de devolutivas às Secretarias de Educação e às escolas atendidas:

Serão realizadas devolutivas institucionais sistemáticas às redes de ensino participantes, por meio de:

- a) realização do III Seminário Escola da Terra: Educação do Campo em Movimento; III Encontro das Escolas do Campo, das Águas e das Florestas do Pampa e III Mostra Pedagógica das Escolas do Campo, das Águas e das Florestas do Pampa com a socialização dos resultados da Especialização;
- b) oferta de oficinas pedagógicas voltadas às equipes escolares;
- c) elaboração e disponibilização de caderno pedagógico digital contendo relatos de experiências produzidos no âmbito do curso;
- d) encaminhamento de relatório técnico-pedagógico às Secretarias de Educação ao término da formação.

II – Integração das redes de governança das políticas à formação:

A Especialização será desenvolvida em articulação com as redes de governança das políticas educacionais, assegurando:

- a) participação de representantes das Secretarias Municipais e Estadual de Educação nos momentos de abertura, acompanhamento e encerramento das atividades;
- b) diálogo permanente com fóruns e instâncias colegiadas da Educação do Campo;
- c) compartilhamento periódico de informações e relatórios de monitoramento com as redes parceiras.

III – Estratégias para prevenção da evasão de cursistas:

Serão implementadas estratégias institucionais e pedagógicas voltadas à permanência e ao êxito dos cursistas, incluindo:

- a) pactuação prévia com as Secretarias de Educação quanto à carga horária;
- b) organização do curso em regime de alternância, articulado ao calendário escolar;
- c) acompanhamento sistemático da frequência e do percurso formativo;
- d) comunicação institucional ativa em situações de risco de evasão;
- e) planejamento compartilhado do cronograma com as redes participantes.

IV – Produção de materiais abertos e de livre acesso:

Serão produzidos materiais didáticos e pedagógicos em formato digital aberto, incluindo:

- a) caderno pedagógico digital;
- b) sequências didáticas interdisciplinares;
- c) sistematizações de experiências;

- d) materiais de apoio ao trabalho pedagógico em turmas multisseriadas
- e) publicação dos trabalhos finais dos cursistas.

Os materiais serão disponibilizados gratuitamente em ambiente digital institucional de acesso público.

V – Garantia de acessibilidade plena

Coerente com a política institucional da Unipampa, o curso assegurará condições de acessibilidade. quando demandado, contemplando:

- a) disponibilização de materiais em formato compatível com leitores de tela;
- b) legendagem de vídeos produzidos;
- c) descrição textual de imagens e recursos gráficos;
- d) adequações linguísticas e culturais, quando necessário;
- e) previsão de atendimento em Libras mediante demanda formalizada.

VI – Publicação acessível das ementas formativas

As ementas das componentes curriculares serão publicadas em formato digital acessível, contendo objetivos, carga horária, metodologia e critérios de avaliação, em conformidade com os aspectos mínimos indicados pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão.

VII – Disponibilização de Recursos Educacionais Abertos (REA)

Os objetos educacionais produzidos no âmbito do Plano de Trabalho serão organizados como Recursos Educacionais Abertos (REA), licenciados para compartilhamento público e disponibilizados em repositório institucional e na Plataforma de Recursos Educacionais Digitais do Ministério da Educação (MEC RED), ou em plataforma pública equivalente, quando couber.

X. ORÇAMENTO

QUADRO DE DETALHAMENTO GERAL DO ORÇAMENTO COM AS RESPECTIVAS NATUREZA DE DESPESAS

DIÁRIAS						
Item	Descrição	Natureza de Despesa	Quantidade de Deslocamentos	Quantidade Diárias	Valor Unitário	Total
1	Diárias para membros de equipe de formação em deslocamento para realização de atividades do Tempo Universidade e Tempo Escola/Comunidade	3.3.90.14	30	60	R\$ 335,00	R\$ 20.100,00

2	Diárias para membros de equipe de formação em deslocamento para reuniões técnicas, participação em eventos relacionados ao Escola da Terra e à Educação do Campo	3.3.90.14	1	5	R\$ 335,00	R\$ 1.675,00
Total		3.3.90.14				R\$ 21.775,00

TRANSPORTE E PASSAGEM

Item	Descrição	Natureza de Despesa	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Total
1	Passagem aérea para reuniões técnicas, participação em eventos relacionados ao Escola da Terra e à Educação do Campo (Ida e Volta)	3.3.90.33	Passagem	2	R\$ 1.512,50	R\$ 3.025,00
2	Passagem para assessoria em atividades de formação (3 convidados)	3.3.90.33	Passagem	6	R\$ 1.500,00	R\$ 9.000,00
2	Locação de ônibus para visitas de estudos e intercâmbio e participação em Seminários (unidade de medida km, valor/km R\$ 10,00)	3.3.90.33	km	2.000	R\$ 10,00	R\$ 20.000,00
Total		3.3.90.33				R\$ 32.025,00

SERVIÇOS

Item	Descrição	Natureza de Despesa	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Total
1	Serviços Gráficos para impressão de Material Pedagógico (inclusos revisão acadêmica, diagramação, design gráfico e impressão)	3.3.90.39	Impressão	5	R\$ 5.000,00	R\$ 25.000,00
2	Contratação de Serviço de Alimentação para atividade presenciais Encontros de Formação e Seminários	3.3.90.39	Refeições	100	R\$ 47,00	R\$ 4.700,00
4	Serviço de Fundação de Apoio do valor total de custeio	3.3.90.39	Prestação de serviços pessoa jurídica	1	R\$ 10.300,00	R\$ 10.300,00
5	Serviço de hotelaria e hospedagem de cursista para realização do seminário final do Curso	3.3.90.39	Prestação de serviços pessoa jurídica	60	R\$ 150,00	R\$ 9.000,00
Total		3.3.90.39				R\$ 49.000,00

MATERIAL DE CONSUMO

Item	Descrição		Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Total
1	Kit de material didático para desenvolvimento de oficinas prático-teóricas e para uso com estudantes das escolas básicas durante o Tempo Escola/Comunidade	3.3.90.30	Kit	120	R\$ 50,00	R\$ 6.000,00
2	Kit de material personalizado do projeto para participantes das oficinas (bolsa de pano, caneca ecológica, caneta, bloco de notas)	3.3.90.30	Kit	120	R\$ 30,00	R\$ 3.600,00
3	Combustível	3.3.90.30	Lts	1.000	R\$ 7,60	7.600,00
Total		3.3.90.30				R\$ 17.200,00
TOTAL GERAL						R\$ 120.000,00

X.I Quadro com Detalhamento Geral das Despesas por Natureza

item	Natureza da Despesa	Descrição	Valor Total (R\$)
01	3.3.90.14	Diárias	R\$ 21.775,00
02	3.3.90.33	Transporte e Passagens	R\$ 32.025,00
03	3.3.90.39	Serviços de Terceiros (PJ)	R\$ 49.000,00
04	3.3.90.30	Material de Consumo	R\$ 17.200,00
Total Geral			R\$ 120.000,00

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. *Currículo, território em disputa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- ARROYO, Miguel G. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- BANDEIRA, D. *Relatório de Tempo Comunidade*. Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Placas: Faculdade de Etnodiversidade, 2020.
- BENTO, Cida. O pacto da branquitude. São Paulo: Companhia das Letras.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues; BORGES, Marília Costa. A pesquisa participante: um momento da educação popular. *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, v. 6, p. 51–62, jan./dez. 2007.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao1.pdf>. Acesso em: 01/04/2026.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. *Alfabetizando sem o Ba-Be-Bi-Bo-Bu*. São Paulo: Scipione, 2002.
- CALDART, Roseli Salete. *Função social das escolas do campo e desafios educacionais do nosso tempo*. [S.l.]: Mimeo, 2020. 11 p.
- DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*.
- HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA REFORMA AGRÁRIA; INSTITUTO DE EDUCAÇÃO JOSUÉ DE CASTRO. Projeto pedagógico. *Cadernos do ITERRA*, Veranópolis, ano I, n. 2, 2007. Disponível em: <https://iejc.edu.br/publicacoes-2/#>. Acesso em: 01/04/2026.
- INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA REFORMA AGRÁRIA; INSTITUTO DE EDUCAÇÃO JOSUÉ DE CASTRO. Método pedagógico. *Cadernos do ITERRA*, Veranópolis, ano IV, n. 9, 2004.
- MOLINA, Mônica; FREITAS, Helder de A. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. *Em Aberto*, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17–31, 2011.
- SANTOS, L. Las escuelas rurales como casas del pueblo: los casos de México y Uruguay en las estructuras curriculares latinoamericanas. *Espaço do Currículo*, v. 14, n. 2, p. 1–15, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1983-1579.2021v14n2.58022>. Acesso em: 01/04/2026.
- SANTOS, L. La didáctica multigrado más allá de la escuela rural. *Quehacer Educativo*, Montevideo: FUM-TEP, dez. 2016. p. 91–99. Disponível em: https://www.fumtep.edu.uy/didactica/item/download/1432_0473288bd41f9b6f74d133ab465f066b. Acesso em: 01/04/2026.

STEILMMANN, G. V. *Práticas pedagógicas e inovações metodológicas na escola do campo: da repetição à inovação*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Educação do Campo – Linguagens e Códigos) – Faculdade de Etnodiversidade, Altamira, 2019.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações filosóficas*. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

ANEXOS



DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA

EU, Edward Frederico Castro Pessano, **CPF nº 825.018.230-87**, ocupante do cargo de Reitor da Unipampa DECLARO, para fins de comprovação junto à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), nos termos do inciso V do art. 11 do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, sob as penalidades da lei, que a **Universidade Federal do Pampa - Unipampa**, possui capacidade técnica e competência institucional para executar o objeto proposto no Plano de Trabalho para o Termo de Execução Descentralizada - **TED nº 17171/2026**.

A forma de execução dos créditos orçamentários, conforme Plano de Trabalho apresentado, foi considerada para a apresentação da presente declaração, nos termos do § 5º do artigo 16 do Decreto nº 10.426, de 2020.

Bagé, 19 de maio de 2026.

Edward Frederico Castro Pessano

Reitor(a) da Unipampa

José Guilherme Franco Gonzaga

Coordenador(a) do Projeto do TED



DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DE CUSTOS

EU, Edward Frederico Castro Pessano, **CPF nº 825.018.230-87**, ocupante do cargo de Reitor da Unipampa DECLARO, para fins de comprovação junto à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC), nos termos do inciso IV do art. 11 do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, sob as penalidades da lei, que os valores dos itens apresentados no Plano de Trabalho para o Termo de Execução Descentralizada - TED nº 17171/2026, apresentado pela Universidade Federal do Pampa - Unipampa, estão aderentes à realidade de execução do objeto proposto.

DECLARO, outrossim, que quaisquer desembolsos no âmbito da Unidade Descentralizada para execução do TED, mediante contratação de particulares ou celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres deverão ser obrigatoriamente precedidos dos procedimentos necessários para apuração da compatibilidade dos preços com os praticados no mercado.

Bagé, 19 de Maio de 2026.

EDWARD
FREDERICO CASTRO
PESSANO:825018230
87

Digitally signed by EDWARD
FREDERICO CASTRO
PESSANO:82501823087
DN: cn=EDWARD FREDERICO CASTRO
PESSANO:82501823087, c=BR, o=ICP-
Brasil, ou=RFB e-CPF A3,
email=edwardpessano@unipampa.edu.br
Date: 2026.05.19 16:41:50 -03'00'

Edward Frederico Castro Pessano
Reitor da Unipampa

Documento assinado digitalmente
 JOSE GUILHERME FRANCO GONZAGA
Data: 19/05/2026 15:12:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

José Guilherme Franco Gonzaga
Coordenador(a) do Projeto do TED